

CFESS Manifesta

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Brasília (DF), 29 de agosto de 2023

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade
(2023-2026)



Vivas, Visíveis e Livres



No mês de agosto, celebramos dois marcos na luta por liberdade afetivo-sexual das mulheres lésbicas: o dia 19 de agosto - Dia do Orgulho Lésbico, em função da primeira manifestação lésbica contra o preconceito e discriminação, ocorrida no Ferro's Bar, em São Paulo (SP), quando militantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) foram proibidas, nesse estabelecimento, de vender materiais educativos sobre visibilidade lésbica, em 1983 - e o dia 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, que, desde 1996, demarca a necessidade coletiva de tornar público um segmento que historicamente ocupou o espaço da invisibilidade, inclusive, no interior de segmentos dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

A luta pela livre expressão da vivência afetivo-sexual e do amor entre mulheres é uma luta cotidiana e afirmar o orgulho e a visibilidade é expressar a existência lésbica, ou seja, de mulheres que amam e/ou se relacionam afetiva e sexualmente com o mesmo sexo.

Existência que é reprimida, tolhida e violada na sociedade estruturada materialmente no heteropatriarcado (confirma mais na brochura sobre o machismo, da série "Assistente social no combate ao preconceito) capitalista e racista, que impõe a heterossexualidade obrigatória e a heteronormatividade. Nesta sociedade, a vivência da lesbianidade é ainda hoje reprimida e, quando afirmada, sujeita à diversas formas de violência e violação.

Diante desse cenário de repressões, afirmar a importância do feminismo lésbico nas nossas reflexões teóricas significa, a um só tempo, refletir sobre as particularidades das desigualdades vividas e enfren-

tadas de maneira particular pelas mulheres lésbicas, incorporando-as na nossa agenda política, e enriquecer nossas críticas à heterossexualidade compulsória (como explica Adrienne Rich, no livro Heterossexualidade compulsória e existência lésbica) como uma mediação da reprodução das relações sociais de sexo, classe e raça.

Visibilidade da existência lésbica!

A vivência da lesbianidade é expressão de uma dissidência e, nesse sentido, confronta fortemente o patriarcado. Assim como outras formas de dissidências ao patriarcado, é alvo de grande reação e violência, que se inicia no âmbito da família, manifesta-se também nos espaços públicos e de sociabilidade e, na atual conjuntura de conservadorismo redivivo, expressam-se sob a forma de violência política, de ataque aos direitos conquistados e de ameaças à vida.

A reversão de conquistas históricas de lésbicas, assim como de todas as dissidências patriarcais, têm sido pauta da extrema direita em todo o mundo, como no caso da Itália, onde, há poucas semanas, o direito de registro de crianças por duas mães foi revertido, um retrocesso estarrecedor.

No Brasil, a lesbofobia ganhou força nos discursos conservadores que impulsionaram o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 e se exponenciaram com a chegada ao poder de Bolsonaro e do bolsonarismo como força política organizada na sociedade. Violência intrafamiliar, expulsões, violência sexual, incluindo estupro corretivos, e o medo permanente de sofrer algum tipo de agressão passaram a marcar o cotidiano

de lésbicas em nosso país. Como sempre nos ensinou uma das pioneiras do feminismo lésbico no Serviço Social, Mary Mesquita diz, em artigo nos anais do 11º CBAS, que "tais violações não constam nas estatísticas oficiais, mas se expressam, cotidianamente, em variadas situações: no constrangimento quando se frequenta os serviços de saúde e se constata o despreparo dos profissionais quanto à relação afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo; quando a escola silencia quanto à discriminação praticada contra a adolescente que vive o 1º beijo; quando os

"Tudo o que não é nomeado, não descrito em imagens, tudo o que se omite nas biografias, o censurado nas coleções de cartas, tudo o que se disfarça com um nome falso, o que se faz de difícil alcance e tudo o que está enterrado na memória por haver sido desvirtuado do seu significado por uma linguagem inadequada ou mentirosa, se converterá não somente em não dito, mas também em inexistente" **Adrienne Rich**



programas de humor são produzidos a partir da lógica sarcástica do deboche e do estereótipo com o segmento LGBT; através de atitudes preconceituosas e discriminatórias no trabalho; desorganizações emocionais advindas da pressão social seja da família, do trabalho, de amigos/as, das religiões. A violência psicológica e simbólica fica, por vezes, na invisibilidade, como na invisibilidade vivem, predominantemente, as mulheres lésbicas”.

Com efeito, nos últimos anos, a violência contra as lésbicas apresenta sinais de agravamento em diferentes âmbitos. É o que mostra o primeiro LesboCenso Nacional, realizado em 2022, importante e pioneira iniciativa da Liga Brasileira de Lésbicas e da Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus, para dar visibilidade às vivências de mulheres lésbicas cis e trans brasileira. É fato que há invisibilidade de lésbicas na produção de dados oficiais no país, especialmente no contexto de retrocessos e de “apagão” na produção de informações, o que marcou o governo Bolsonaro e, notadamente, daquelas relacionadas à população LGBTQIAPN+.

Segundo o LesboCenso, entre as quase 22 mil entrevistadas na amostra, 78,6% já haviam sofrido lesbofobia, 77,4% tinham conhecidas que já haviam sofrido lesbofobia e 6% tinham conhecidas que morreram por serem lésbicas. A vivência da maternidade entre lésbicas também é marcada por processos de discriminação, em que pesem os avanços conquistados do ponto de vista jurídico. O LesboCenso evidenciou que, entre aquelas que são mães, 28% afirmaram ter vivenciado situações lesbofóbicas com filhos e filhas, principalmente em espaços de sociabilidade, serviços de saúde e escolas.

Nos serviços de saúde, lésbicas ainda sofrem as consequências do modelo heterossexista vigente, como nas abordagens em exames ginecológicos, que pressupõem o sexo com penetração peniana, e nos demais serviços que desconsideram a vivência afetivo-sexual como dimensão fundamental na promoção, prevenção e atenção da saúde, principalmente, considerando que a lesbianidade não é apenas uma prática sexual, mas uma experiência e

uma vivência constitutiva entre mulheres e suas condições de vida.

Estas situações mostram que a heterossexualidade obrigatória e a heteronormatividade, que se apresentam aparentemente no nível das práticas sexuais, na realidade, estruturam a totalidade da vida social no heteropatriarcado, desde a divisão sexual do trabalho, as práticas de violência política e as ideologias conservadoras que difundem a lesbianidade como uma ameaça à família tradicional. Todas essas expressões evidenciam que a heterossexualidade obrigatória não define apenas práticas e vivências sexuais, mas a estrutura do poder patriarcal que, por sua vez, sustenta a ordem do capital. As discriminações no âmbito da sexualidade se estendem ao mundo do trabalho, remunerado e não remunerado, particularizando as desigualdades produzidas pela divisão sexual do trabalho entre mulheres lésbicas. Exemplo disso se mostra quando, na vida cotidiana, as lésbicas são, no âmbito das famílias, mais fortemente “cobradas” pela atribuição do trabalho de cuidados com pais e mães em situação de dependência, uma vez que são consideradas mais “liberadas”, já que não transferiram os encargos das famílias de origem para com maridos e filhos(as). Assim, a provisão dos cuidados se mantém como responsabilidade das famílias e não do Estado, por meio de políticas sociais.

Resistência lésbica!

O amor entre mulheres e o amor pelas mulheres é uma necessária ferramenta na luta contra a misoginia que teima em reproduzir o patriarcado sob todas as formas, inclusive de maneira disfarçada, para manter o poder dos homens contra todas nós. Isso ocorre quando, por exemplo, tratamos mulheres lésbicas como inimigas, chancelamos apagamentos políticos ao feminismo lésbico e, até mesmo, provocamos perseguições ou simplesmente quando não respeitamos a liberdade sobre os desejos de ser e sentir atração afetivo-sexual pelo mesmo sexo.

Reconhecendo a importância da liberdade de expressão afetivo-sexual das amarras, opressões, explorações e padrões heteropatriarcais, o CFESS reafirma o compromisso com a luta contra todas as

manifestações de violências e violações a mulheres lésbicas, amparado pela Resolução 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional”. Assim, podemos afirmar que, no Serviço Social, não cabe nenhuma forma de preconceito e opressões! Para que, na totalidade das lutas e diversidade que compõe nossa classe, possamos reafirmar a garantia do pluralismo, “através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento profissional”, que sejamos unidade na diversidade que nos compõe! Que sejamos livres, vivas e visíveis! O amor fala todas as línguas!

O CFESS MANIFESTA seu total apoio à liberdade e à visibilidade lésbica e reafirma o compromisso ético-político na defesa do movimento lésbico-feminista, bem como da liberdade de orientação e expressão sexual. Conclamamos toda a categoria de assistentes sociais a efetivar a Resolução 489/2006 em todos os nossos espaços sócio-ocupacionais.

Acesse o LesboCenso pelo link bit.ly/LesboCenso22

#Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito: É princípio ético!
#Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar: É princípio ético!



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Aginaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL

Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTES

Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Sandra Maria Amorim da Rocha (AC)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA Dia Nacional da
Visibilidade Lésbica

Conteúdo (aprovado pela diretoria):

Mirla Cisne e Verônica Ferreira

Organização: Comunicação CFESS

Revisão, arte e diagramação: Diogo Adjuto (jornalista) e Rafael Werkema (assessor)